

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Entre Musas e Paradigmas: memória, historiografia e a produção de conhecimento sobre o passado.

Andre de Lemos Freixo*

Resumo: A memória pode se relacionar com a prática da escrita da História. Compreendendo-se que a memória é a presença do passado – um eternamente mutável e sempre maleável jogo de tradições e filiações, escolhas e identidades –, intende-se neste *paper* reconhecer a existência de características comuns tanto à memória quanto à História. Tais considerações pretendem apontar alguns aspectos acerca da presença da memória na História, enquanto produto da escrita profissional do historiador (sempre dada num determinado “presente”) – que é, por excelência, um profissional já “pré-ocupado” por uma dada formação histórica e por memórias sociais, coletivas e históricas.

Palavras-Chave: Memória – Historiografia – Teoria da História

Abstract: Memory relates to the writing of History. The intent of this paper is to recognize common characteristics both to memory as to History. These considerations seek to appoint some aspects of the presences of memory in History, while product of a professional writing – which is, therefore, an action and an effort of the historian, an already “pre-occupied” professional by a certain historical formation and by social, collective and historical memories.

Keywords: Memory – Writing of History – Theory of History

É verdade que os preconceitos que nos dominam freqüentemente comprometem o nosso verdadeiro reconhecimento do passado histórico. Mas sem uma prévia compreensão de si, que é neste sentido um preconceito, e sem a disposição para uma auto-crítica, que é igualmente fundada na nossa autocompreensão, a compreensão histórica não seria possível nem teria sentido (GADAMER, 2003: 12-13).

Apresentação

*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ e bolsista Capes.

O mundo ocidental vive, desde fins da década de 1980, um processo mutação em nossas relações com o tempo. A simbólica derrubada do Muro de Berlim unificou o mundo ocidental em torno da bandeira “democrática” capitaneada pelos Estados Unidos da América, sepultando ideais e utopias e dando início a uma crise que o historiador francês François Hartog irá chamar de uma crise no *Régime d’Historicité* moderno. Nela, as relações entre experiências e projetos, entre passado e futuro – que organizaram as sociedades ocidentais desde fins do XVIII – passaram a ceder lugar a um constante e cada vez mais alargado presente, fenômeno que Hartog irá chamar *présentisme* (HARTOG, 2003). Desta forma, indaga-se: em que medida essas alterações na relação que estabelecemos com o tempo afetam as condições de produção do discurso e narrativas históricas acerca do passado?

O *boom* memorialístico, arquivístico, patrimonialista e museológico que parece ter tomado de assalto o mundo ocidental aponta para uma nova “economia” do tempo: um presente cada vez mais *omni-presente*, tornando-se, pois, simultaneamente, “experiência” e “expectativa”, conduz a uma crise que as sociedades passam a ter de enfrentar: uma crise identitária. A memória torna-se, portanto, um viés de construção de certezas e identidades diante desse quadro. Por um lado, permite restabelecer vínculos com o que foi, e por outro, diante das incertezas de um futuro cada vez menos previsível, possibilita tentar estabelecer uma relação de preservação para as gerações que não são ainda. As exigências do presente, nessa nova economia do tempo, demandariam dos historiadores, pois, uma nova relação com seu ofício? Uma nova relação com a memória em seu ofício?

A presente discussão buscará exercitar um trabalho de reconhecimento das relações cada vez mais imbricadas entre memória e historiografia, apontando que a historiografia pode emergir como parte de um esforço de memórias que a antecedem e a ultrapassam.

Memória e Historiografia

Nem sempre lineares, as relações entre memória e historiografia são, entretanto, milenares. *Mnemosyne*, a “rainha da Eleutéria” para os gregos, era a deusa da Memória (*Mneme*), uma das titânicas filhas de Uranos (os Céu) e Gaia (a Terra), irmã de Cronos (pai de Zeus). A relação dos antigos gregos com a idéia de memória era bastante peculiar: a memória somente poderia existir por meio da música e dos cantos, isto é, as histórias eram cantadas e não faladas nem escritas.

Com o advento da tecnologia da escrita os gregos sofisticaram suas formas de armazenamento cultural e, assim, *Mnemosyne*, a antiga deusa, passou a ser representada como a mãe das nove musas das artes: frutos das nove noites que ela teria se deitado com Zeus sobre as planícies da Eleutéria, depois de ele se disfarçar de pastor. *Mnemosyne* foi tida como a quarta esposa de Zeus e, diferentemente do restante dos titãs, não foi aprisionada nos poços do Tártaro. Isto reflete a importância da memória para os gregos. Segundo um velho sábio grego, “os homens morrem, porque não são capazes de juntar o começo ao fim”; somente *Mnemosyne* poderia ligar o que fomos, somos e seremos (CATROGA, 2001: 35). Dentre suas nove filhas, *Clio* (“glória” ou “fama”) foi a musa da História e da criatividade. *Clio* divulgava e celebrava as realizações humanas.

Para Heródoto de Helicarnasso, o papel da história seria o de preservar os feitos humanos da inelutável obliteração do tempo e do esquecimento. Suas histórias poderiam conferir imortalidade aos feitos humanos que, em oposição ao ciclo vital humano de nascimento e morte, poderiam permanecer eternamente, mantendo balanceado o lugar da humanidade no *Kosmos*. Assim, a capacidade humana de realizar tal inversão (da vida biológica finita à imortalidade) seria atribuída a *Mnemosyne*, isto é, à lembrança. Esta solução grega de Heródoto foi, pois, uma solução poética – os poetas e historiadores antigos conferiam fama imortal aos feitos e palavras, que perdurariam para além da morte de seu autor. Heródoto registrava eventos e tradições que lhe eram contadas, mas advertia que seu trabalho restringir-se-ia a narrá-los, o que não necessariamente significava acreditar neles. Desejoso de saber Heródoto “investiga” (*historei*) e, assim, preserva as memórias dos feitos de gregos, persas, egípcios etc., de acordo com o que via e ouvia. Sua opção pela construção de histórias fundamentadas nas evidências orais demandou uma memória incrivelmente desenvolvida e, como diz Arnaldo Momigliano, “ainda que cuidadoso ao anotar as similaridades, ele esteve sempre mais pronto a detectar as diferenças” (MOMIGLIANO, 2004: 66). Sua narrativa não explica nada, ela apenas narra, e de forma bastante “seca”, diria Walter Benjamin (BENJAMIN, 1985: 204). Talvez por isso, mesmo após tantos séculos, algumas delas ainda permitam à humanidade espelhar-se nelas.

Segundo François Hartog, Heródoto “investiga”, pois não possuiria a autoridade natural de um aedo (que vê como a musa, pois inspirado pela mesma). Heródoto somente poderia contar com seu “procedimento de investigação, que é o primeiro momento de sua operação historiográfica. (...) Contra o tempo que tudo apaga, o historiador fará obra de memória (...)” (HARTOG, 2000: 13). Falar da escrita da História é, pois, falar um pouco da

origem prática da memória e de perguntas e respostas, ações tão antigas quanto contemporâneas.

Das inspiradoras musas gregas que viam, sabiam e diziam os eventos ocorridos “como verdadeiramente aconteceram”, tomaremos um atalho aos tempos modernos; tempos da História e de “historicismos”, mas também da memória.

O processo de disciplinarização da História no XIX instaurou rígidos paradigmas metodológicos modernos que “separaram” a memória e a História. Ao emancipar-se do idealismo alemão, a consciência histórica passou a figurar nos quadros das ciências, tornando-se, pois, uma das mais fortes opositoras ao pensamento filosófico idealista que marcara a reflexão histórica no Setecentos – tendo em Hegel seu maior expoente. Assim, diz Lefebvre, um “conhecimento positivo” pautado por normas “matemáticas” de equacionar causas e efeitos permitiria “observar os fatos, constatar suas relações e servir-se delas para a ciência aplicada” (LEFEBVRE, 1971: 31). A “ciência da História” e seus métodos tornaram-se grandes paradigmas para as outras “ciências do espírito”, dotando os historiadores de um prestigioso halo próprio, gerando fascínio e uma grande influência intelectual e social.

Uma nova relação com o tempo se instalara após a Revolução Francesa, selando definitivamente a vitória dos modernos em sua querela contra os antigos sobre quem possuiria o verdadeiro conhecimento. Um “Novo Tempo” (*Neuzeit*) que separou o *continuum* passado-presente e, segundo Hannah Arendt, instalou o homem entre o passado e o futuro, foi o princípio a partir do qual foram construídas as bases empíricas “positivas” da nova ciência histórica: a análise das diferenças humanas no tempo. Em um tempo com dimensões de passado, presente e futuro “objetivas”, a História buscará estudar o singular, aquilo que não se repetirá. Leopold von Ranke foi um de seus maiores expoentes, determinando que a História deve apreender no individual (no irrepitível), o universal (o total).

A memória foi considerada falível diante dos poderosos pressupostos metodológicos oitocentistas de “provações” científicas, pois a memória não “provaria” nada segundo critérios de uma argumentação racional, sendo, portanto, descartada de quaisquer papéis que pudesse exercer dentro do campo disciplinar histórico. Esta separação foi um marco dentro da historiografia do século XX, que, ao final do mesmo, viu-se diante das aporias que tal “separação” induz.

No século XX, no entanto, a memória e a História voltariam a se encontrar. Em *A Memória Coletiva*, porém, Maurice Halbwachs diferenciará a memória histórica da memória coletiva. A primeira seria um produto artificial, que agiria segundo uma linguagem didática voltada a uma utilidade pública específica. A segunda seria originária de uma espontaneidade

anônima, produto de uma transmissão oral e repetitiva, sacralizando recordações. Na esteira de sua perspectiva sociológica, historiadores como Jacques LeGoff (1985), Pierre Nora (1984) e Lucien Febvre (1953) manteriam as diferenciações entre a memória e a História. Para eles, se a historiografia promove a precisão em sua leitura, a memória, no máximo, teria um aspecto verossímil, pois esta não colocaria de lado as paixões do sujeito que reflete. A História, pelo contrário, filha da separação entre sujeito e objeto, poderia, ao contrário da memória, explicar/compreender objetivamente.

No entanto, observa-se a partir de meados do século XX um relativo consenso dentro dos “domínios” da História: a História não mais se proporia a estabelecer os “fatos” como “realmente aconteceram”. Tal asserção deslocou (ou mesmo transpôs) a já tênue linha fronteira (instalada no Oitocentos) entre o “fictício” e o “verídico”, e, poder-se-ia acrescentar, entre os estatutos que definem a memória e a História. Neste sentido, retomamos a discussão central: a idéia de como um conceito tão ligado à História quanto “memória” – que ao mesmo tempo em que se confunde com ela, cria-se a partir dela e também a antecede – pode permitir reflexões acerca do próprio ato de produção do conhecimento histórico. E mais, poder-se-ia indagar: em inícios do século XXI, a historiografia contemporânea cingir-se-ia a buscar verdades? Possuiria uma visão linear do tempo? Acreditaria no mito do progresso universalista? Ou esta historiografia estaria operando com uma perspectiva não contínua de tempo, reconhecendo que não há um abismo entre sujeito e objeto e matizando suas pretensões a verdades definitivas?

Encontrar determinados aspectos antes identificados como exclusivos da memória dentro do campo de atuação historiográfico é importante, senão crucial, para identificarmos os limites e possibilidades da escrita dos historiadores. A seleção, a verossimilhança, a representação e o presentismo compõem a memória e a escrita histórica. Entretanto, nas palavras de Fernando Catroga,

o reconhecimento da existência de características comuns à memória e à historiografia não pretende negar, porém, a especificidade de ambas as narrações sobre o passado. No entanto, importa sublinhar que a historiografia também nasceu como meio de combate contra o esquecimento, ou melhor, como uma nova ars memoriae exigida pela decadência da transmissão oral e imposta pela crescente afirmação da racionalidade e da escrita (CATROGA, 2001: 40).

A ação anamnética, assim como a escrita (e, não obstante, a leitura) da História, *re-presentificam* (termo de Catroga) experiências pretéritas a partir de um determinado campo

de experiências presentes, utilizando-se de toda sorte de traços, indícios e vestígios que possibilitem suas *re-presentações*. Estas situam na *ordem do tempo*¹ aquilo que já não é mais. Em suma, memória e historiografia teriam, portanto, papéis no que tange a (re)presentificar o passado, pois atuam numa espécie de redistribuição temporal que, como Paul Ricoeur afirmou, ajuda a fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente em relação ao que já não é (RICOEUR, 2000).

A historiografia (assim como memória), pois, efetiva o passado num tempo pretérito, separando os vivos (os que lembram) dos mortos (os que são lembrados). E mais:

(...) a recordação e a historiografia constróem re-presentificações que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. É certo que o traço da anamnese individual é interior. Todavia, esta também pode ser provocada pela necessidade que a memória tem de se “espacializar”, e sabe-se que o testemunho do documento “religa memória e história” através de interrogações que o historiador formula em função da sua própria experiência, isto é, das suas retrospectivas e esperanças (CATROGA, 2001: 45).

Portanto, seria enganoso supor que a historiografia, apesar de se pronunciar em nome da razão, não possa construir seu discurso sobre a dialética existente entre a memória e esquecimento, entre silêncio e recalque. As perguntas que conduzem os historiadores através de sua operação historiográfica partem de uma “mente já *pré-ocupada* com uma dada formação histórica” (CATROGA, 2001: 48), bem como determinadas memórias e suas respectivas identidades pessoal, social e profissional. As questões que os historiadores formulam, muitas vezes, encontram-se amplamente permeadas pelas preocupações de seu presente e de seu lugar social de fala. Encontrado-se compostas, portanto, por uma série de *não-ditos* que se apresentam como silêncios profundamente eloquentes e constituintes da(s) pessoa(s) por trás da sua operação historiográfica (CERTEAU, 2006).

Neste quesito, a História da História tem se mostrado um campo profícuo em exemplos bem sucedidos de estudos em que, mesclando esforços em historiografia, filosofia, psicanálise, teoria literária, sociologia, antropologia etc., promovem a aproximação e o inevitável imbricamento (e, obviamente, suas conseqüências dentro dos debates

¹ A *ordre du temps*, para Hartog, remete à *Ordem do Discurso* de Foucault. Seria, pois, produto de um tipo de experiência do tempo pelas sociedades que modelam seus modos de dizer e de viver seus próprios tempos. Tal experiência seria um *régime d'historicité*, que abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento, dando ritmo à “escritura” do tempo, pondo em ordem o tempo. Neste sentido, um Regime de Historicidade é, pois, uma ordem do tempo, na medida em que permite e proíbe pensar, escrever e articular certas coisas. Ver: HARTOG, 2003.

historiográficos) das relações entre memória e escrita da História. O presente *paper* buscou manter este diálogo aberto.

Considerações Finais

À guisa de encerramento, pode-se dizer que a historiografia pode não estar tão separada da memória quanto se quis acreditar. Na realidade, assim como na mitologia *Clio* seria filha de *Mnemosyne*, poder-se-ia aventar que a História seria, em parte, filha da memória (VEYNE, 1979). Nos tempos modernos a recíproca tornou-se verdadeira, pois a História passou a produzir e legitimar, também, memórias. O maior exemplo disto talvez sejam as grandes Histórias nacionais: grandes epopéias, repletas de heróis e aventuras que para além de serem meras narrativas sobre um passado possível, tornaram-se as “verdadeiras” (e cientificamente apresentadas como tal) trajetórias sobre quem as nações eram e como se tornaram os “atuais gigantes”, produzindo identidades e sentimentos de pertencimento e afetividade, instaurando a História na ordem da sacralidade.

A historiografia pode, portanto, vir a funcionar como um agente constituinte e legitimador de memórias e tradições que as antecedem e também as sucedem. A partir da historiografia memórias se oficializam e, por conseguinte, se recriam e ressignificam. Quando compreendida segundo critérios cientificistas (ou “metódicos”), a historiografia, sob as vestes de ciência imparcial, pode dotar a História de um tipo de credencial profundamente valioso, em particular nas sociedades voltadas para perspectivas pragmáticas sobre a produção de conhecimento sobre o passado, ou ainda em sociedades regidas por uma ordem do tempo “presentista”. São as implicações éticas e políticas (i.é., os usos e abusos) destas credenciais que se tornam um problema.

Retomando a proposta de Hartog sobre a crise que se instaura diante de uma mudança de regimes de historicidade, onde um presentismo torna-se o próprio espaço de experiência e seu próprio horizonte de expectativas em relação ao tempo, o papel do historiador e de sua escrita encontram-se, pois, numa nova condição. Diante de sociedades que produzem e consomem o acontecimento em ritmo aceleradíssimo, os historiadores têm diante de si um novo dilema e com ele uma nova responsabilidade de cunho ético: reconhecerem-se, enquanto produtores de História e memória, mas também, e antes, enquanto seres humanos, constituídos por memórias e histórias.

Talvez, para isso seja preciso reconhecer que uma História de um “determinado tipo” está desaparecendo diante das novas relações temporais que experimentamos desde fins do século XX. Para que se possa estabelecer um outro tipo de História, talvez seja preciso que aqueles que se situam entre musas e paradigmas, i. é., a tradição que se estende desde Heródoto até os “pais” da disciplina histórica no XIX – e os que hoje se definem como historiadores – reconheçam que a memória, assim como a História, é uma das partes constituintes da condição histórica do homem. Portanto, isto significa reconhecer que a perspectiva historiográfica pode não ter como vencer verdadeiramente os “ardis da memória” (CATROGA, 2001: 65), mas pode problematizá-la dentro de seu ofício. Ao reconhecer que a História não é uma estrela de grandeza maior e que ela não anima todos os racionalismos com sua luz “inerente”, seus agentes poderão, talvez, abrir um outro capítulo na História da História.

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas (vol. I)**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Editora Quarteto, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg; FRUCHON, Pierre (Org.). **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- HARTOG, François. *A Fábrica da História: do “acontecimento” à escrita da história, as primeiras escolhas gregas*. In: **História em Revista**, Universidade Federal de Pelotas, Instituto de Ciências Humanas, dep. de História e Antropologia, v. 6, dez. 2000. Pp. 7-19.
- HARTOG, François. **Régimes d’Historicité: présentisme et expérience du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- LEFEBVRE, G. **La Naissance de l’Historiographie Moderne**. Paris: Flammarion, 1971.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- RICOEUR, P. **La Mémoire, l’Histoire, l’Oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- VEYNE, Paul. **Comment on Écrit l’Histoire**. Paris: Le Seuil, 1979.